

RESENHA

AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: contexto, experiências, desdobramentos e perspectivas

EUNICE DURHAM E SIMON SCHWARTZMAN (orgs.)
São Paulo: EDUSP, 1992.

Este livro reúne nove textos preparados para um Seminário realizado em novembro de 1989 na Universidade de São Paulo sob o título "A Avaliação do Ensino Superior: contexto, experiências, desdobramentos e perspectivas".

É preciso louvar o aparecimento do volume, na medida em que constitui importante registro de uma forma de pensar a avaliação do ensino superior no contexto brasileiro. Acredito que, além de suas contribuições ao debate atual da avaliação, ora em curso, constituir-se-á em importante documento histórico para aqueles que, no futuro, queiram examinar as origens deste debate no Brasil.

Em seguida destacamos alguns aspectos do conteúdo dos textos.

"O contexto institucional e político da avaliação", por **Simon Schwartzman**: o texto introduz a problemática da avaliação e propõe-se a identificar algumas das causas que fazem com que a avaliação do ensino superior esteja na ordem do dia. Depois de resenhar muito brevemente algumas tendências e conseqüências da avaliação na universidade europeia, resgata alguns fatores que se contrapõem à marginalidade com que a avaliação sempre foi vista no ensino superior brasileiro, a começar pelo final da década de 50. O autor avança em direção à década de 60-70 passando pelas conseqüências da reforma universitária de 1968, entre as quais situa a constituição de um conjunto de camadas superpostas que estratificam a profissão acadêmica (profissionais liberais clássicos, pesquisadores e professores de pós-graduação, professores de 3º grau), bem como os estudantes e funcionários. Para o autor, todos os setores que constituem a Universidade conduzem a uma pluralidade e

diversidade de motivações, culturas e interesses que explica um pouco de sua tendência à descentralização, compartimentalização e autonomia, e a resistência generalizada a qualquer movimento que possa sugerir a imposição de valores de um destes segmentos sobre outro. Apesar dos fatores que jogam na direção da rigidez institucional das universidades brasileiras, o autor aponta alguns indicadores de que esta situação possa vir a alterar-se: o contraste entre o crescente custo do ensino superior e a escassez de recursos por parte dos governos; a falência do modelo profissional corporativista em face das mudanças tecnológicas sucessivas; e a ampliação da gama de serviços que a sociedade tende a exigir das universidades. O autor insiste em que a adaptação a esta nova realidade não se fará sem uma mudança profunda em todo nosso sistema educacional — inclusive no ensino superior — e que a avaliação é um elemento central indispensável a este processo. Para finalizar, aponta algumas proposições para os "caminhos da avaliação". Apesar de ter passado por temas apropriados, como texto introdutório, acredito que teria sido importante aprofundar-se a análise das causas que estão motivando as transformações na universidade (contexto político), às quais o autor se refere muito brevemente (p.23).

"Iniciativas de planejamento e avaliação na formulação de políticas para o ensino superior", por **Claudio Cordeiro Neiva**: organizado em três grandes blocos, o texto apresenta dificuldades para ser lido, não só por sua organização, mas porque o sistema de notação dos gráficos e tabelas não coincide com as citações feitas durante o texto. Em muitos casos as tabelas são apresentadas sem que se extraia delas conclusão alguma. No primeiro bloco, o autor tenta localizar, ao longo de um período razoavelmente longo (de 1930 até os dias de hoje), diversos "momentos de mudança", procurando verificar quais os elementos capazes de esclarecer, ou não, quanto à existência de algum tipo de correlação entre políticas públicas orientadas para o desenvolvimento econômico e

aquelas orientadas para ajustar a oferta de ensino a novas funções e demandas. Um período tão longo faz com que a análise fique simplificada, sendo salva por alguns resumos que o autor introduz. No segundo bloco, a abordagem desloca-se para o campo específico do planejamento educacional em si, enquanto processo ordenado de intervenção governamental neste setor de interesse público. Enfoca, em seguida, um cenário prospectivo, examinando em que medida os processos de avaliação e de planejamento poderão ser empregados, dados certos dispositivos constitucionais ou de legislação complementar e ordinária, disciplinadores de uma nova relação de poder entre instituições de ensino, governo e sociedade. Numa tentativa de síntese, examina finalmente, o caso específico do ensino superior, tendo em vista delinear quais os principais pontos de reflexão sobre os quais se deterá, necessariamente, a atenção dos que vierem a se dedicar à sua avaliação. Devido à data em que foi escrito (1988), o texto encontra-se desatualizado no que diz respeito à Lei de Diretrizes e Bases.

"Avaliação e alocação de recursos no ensino superior", por **Pedro Lincoln Mattos**: o autor examina a avaliação com "a atividade de uma instituição universitária para fins de alocação de recursos a ela". Em seguida, seleciona três questões que considera relevantes: a) como reduzir os riscos deste processo, na medida em que tanto a alocação prévia, a partir de um projeto, como a *posteriori*, a partir do desempenho anterior, podem apresentar problemas de eficácia. Para o autor, a solução poderá ser o fracionamento, no tempo, da percepção do desempenho e a respectiva alocação de recursos, de forma a condicionar a transferência de recursos aos resultados parciais; b) como otimizar a "carga política" que o autor admite existir no processo de alocação de recursos; c) como viabilizar a relação alocação-avaliação ou como gerar as condições políticas e administrativas que a tornem viável. Delimitada a problemática, o autor antecipa sua posição final, ao afirmar que, hoje, a "avaliação de desempenho pode ser mais útil e efi-

caz enquanto informação de conhecimento público, que influi no comportamento e cultura das comunidades universitárias e grupos a ela ligados, com benéficas repercussões sobre a melhoria deste mesmo desempenho, do que enquanto pretende conduzir o processo decisório de alocação de recursos". Para ir além disso, sugere que será necessário rever o atual *status* jurídico-administrativo das universidades federais. O autor dá uma boa visão dos problemas estruturais que cercam a alocação de recursos e conclui com algumas sugestões. Um texto bem escrito, franco e que revela toda a complexidade de se administrar as instituições federais de ensino superior.

"O impacto da avaliação na universidade", por **José Goldemberg**: o trabalho descreve o procedimento de avaliação adotado pela USP à época (1988) baseado na definição de categorias de trabalho dos docentes. O autor admite que as categorias não esgotam a riqueza da produção universitária, mas considera-as informações pertinentes e um subsídio importante para uma avaliação global da universidade. O trabalho apresenta dados da produção científica da USP entre 1985 e 1988. Para o autor, dados como esses são necessários para alimentar um processo mais amplo, complexo e completo de avaliação institucional e permitem uma alocação de recursos de forma mais responsável, uma visão abrangente da universidade e a transparência na gestão democrática. Adverte que, para se tornarem públicos, tais dados não apenas devem ser divulgados, mas, principalmente, usados na gestão da universidade. Compreendemos a experiência relatada como uma tentativa inicial, já que as categorias propostas não incluem uma apreensão da qualidade de ensino e, por outro lado, não permitem avaliar a qualidade da pesquisa realizada, sendo as informações predominantemente quantitativas.

"O uso de indicadores de desempenho para a avaliação institucional", por **E. Wolynec**: o texto apresenta uma possível metodologia para correlacionar desempenho e custos, apresentando, também, consi-

derações gerais sobre o uso dos indicadores na avaliação. Indica a necessidade de acessar informações confiáveis, chamando a atenção para a fragilidade daquelas obtidas manualmente; a necessidade de as três atividades básicas da universidade serem avaliadas simultaneamente: ensino, pesquisa e extensão. Apresenta a metodologia seguida pela USP para correlacionar custos e desempenho e compara os indicadores da USP com indicadores equivalentes de outras universidades estrangeiras. Afirmando que a avaliação deve comparar custos e desempenho, considera importante a definição de um conjunto de indicadores que permita a comparação entre instituições. O texto complementa o artigo anterior. Há problemas com a numeração de tabelas, gráficos e figuras que não coincidem com as citações do texto e, embora pertinentes, não são adequadamente explorados. Das 29 páginas do artigo, 21 são tabelas. A preocupação ainda é muito quantitativa e destinada a comparar a USP com outras universidades. Talvez isso se deva à falta de dados históricos da USP contra os quais ela pudesse ser comparada a si mesma, numa perspectiva mais promissora, conforme sugere Mattos no capítulo 3.

"Universidade pública: autonomia, soberania e outros bichos", por **Sérgio Costa Ribeiro**: o autor critica a adesão ao modelo único de universidade proposto pela Lei 5540/68, que considera ser defendido até pela "chamada esquerda". Para caracterizar o ensino superior, propõe que se discuta a quem ele atende. Apresenta um gráfico importante que mostra o acesso ao ensino superior cruzado com a participação na renda *per capita*, de forma a demonstrar que a universidade pública atende alunos procedentes dos 5% mais ricos da população, o que, para o autor, faz da gratuidade um "escândalo". O autor chama a atenção para o fato de que, na nova ordem internacional, a educação pós-secundária é um imperativo da competitividade internacional, ainda quando o que está em jogo seja importar tecnologia. Para tal, é fundamental a universalização da educação básica e a existência

de profissionais com formação pós-secundária especializada e diversificada em proporções cada vez maiores. Critica a luta pela autonomia universitária desenvolvida pelas associações de docentes, as quais acusa de se tornarem corporativas, criticando igualmente as elites atuais que querem manter privilégios. Considera também que, em nome da autonomia e democracia, é impossível justificar o abandono da função de formação de docentes para 1º e 2º graus por parte das universidades públicas (Licenciaturas), cujos cursos ficam ociosos, é um texto curto, escrito com certo "rancor", sem aprofundamento, embora tocando aspectos relevantes para a questão da avaliação. A análise simplificada faz o autor afirmar que a "chamada esquerda" defende a Lei 5540/68 e sugerir que como a universidade é freqüentada pelos 5% mais ricos, deva-se oficializar esta situação com o ensino pago (já que a gratuidade neste caso é um "escândalo"), sem criticar as causas que fazem com que se cheguem à universidade os 5% mais ricos.

"As iniciativas e as experiências de avaliação do ensino superior: balanço crítico", por **Jean-Jacque Paul, Zoya Ribeiro e Orlando Pilatti**: são apresentados os resultados de uma pesquisa que reuniu experiências nacionais de instituições de ensino superior com avaliação. Após um breve histórico das principais ações que constituíram o contexto do surgimento dos processos de avaliação, os autores apresentam a metodologia da coleta de dados e classificam as experiências em três dimensões: institucional, ensino de graduação e curso. Cada uma delas foi subclassificada em experiências do tipo diagnóstico/novo conhecimento e do tipo acompanhamento. Na parte final do texto, os autores desenvolvem uma interessante discussão sobre os indicadores nos trabalhos de avaliação, chamando a atenção para a origem do termo no campo da produção fabril e as diferenças que o processo produtivo da universidade guarda em relação a este. Após proporem a utilização de três classes de indicadores (de entrada, gerais e de desempenho), os autores examinam os indicadores elaborados no Br

sil. Ao final do texto abordam a questão dos limites dos indicadores, mostrando que seu uso implica a explicitação de objetivos políticos da instituição avaliada e a complementação com outras informações que permitam produzir um verdadeiro diagnóstico. Para finalizar, discutem os problemas resultantes dos processos avaliativos. O texto tem grande significação, na medida em que é um rastreamento das formas de avaliação presentes no contexto universitário brasileiro. Não deve deixar de ser registrada a forma crítica pela qual os autores se defrontam com a questão dos indicadores de desempenho, estabelecendo diferenças entre o ambiente fabril e o universitário.

"Credencialismo, corporativismo e avaliação da universidade", por **Geraldo M. Martins**: o autor apresenta a seguinte organização para o texto: "a primeira parte do texto ocupa-se da caracterização do credencialismo e de suas principais conseqüências sobre a educação universitária. Em seguida, questiona o papel atualmente atribuído à universidade em termos de formação profissional, incluindo tanto a transmissão da habilitação profissional integral quanto o credenciamento para o respectivo exercício como funções de sua exclusiva competência. A terceira parte é dedicada à questão do corporativismo, na tentativa de apontar alguns de seus traços característicos e principais implicações para os processos de organização e regulamentação profissional e, por extensão, para o próprio desenvolvimento da educação universitária. Por último, são enumeradas algumas conclusões gerais acompanhadas de indagações sobre possíveis desdobramentos". O autor desenvolve o tema de forma provocativa e inteligente; no entanto, deixa de examinar em profundidade a relação entre a divisão de trabalho na sociedade capitalista e o credencialismo/corporativismo. Até que ponto o credencialismo/corporativismo pode ser um mecanismo de defesa do trabalhador (em categorias) que interfere com a lógica de exploração do capital? Qual a relação entre um possível descredenciamento da universidade e as transformações na divisão de trabalho no capitalismo moderno?

Até que ponto o credenciamento feito por uma entidade fora da universidade não é uma forma de determinar, de fora para dentro, o currículo da universidade?

"A institucionalização da avaliação", por **Eunice R. Durham**: o texto discute a avaliação em suas relações com a questão da democratização e autonomia da universidade. A autora apresenta sua visão sobre o sistema de avaliação existente em vários países, questionando os modelos de avaliação norte-americano, inglês, francês e holandês: no primeiro caso, porque a universidade é colocada na dependência do mercado (competição) e, nos demais casos, pela característica altamente centralizadora que termina, em especial no caso da Inglaterra, interferindo negativamente com a autonomia da universidade (via financiamento). Após analisar o contexto no qual surgem os processos de avaliação, postula duas funções para estes: impedir o rígido planejamento burocrático diante das novas exigências de flexibilidade e possibilitar que a universidade compatibilize as pressões externas com o espaço de autonomia e crítica que lhe é próprio. A autora defende um processo de avaliação o mais transparente possível, onde os critérios tenham ampla legitimidade. Sugere ainda que haja uma multiplicação das formas e instâncias de avaliação (portanto, não sua centralização), garantindo o acesso generalizado aos resultados do processo. O texto é muito prudente e revela preocupações nem sempre encontradas nos capítulos anteriores em relação aos limites da avaliação da universidade no contexto do sistema capitalista. Resta saber se conseguiremos avaliar a universidade brasileira sem cair no modelo norte-americano ou no modelo inglês — não por nossa vontade, mas por injunção da política neoliberal em curso no Brasil, a qual pode, no fundo, guardar alguma semelhança com a mesma política neoliberal que, no Governo Thatcher e no de Reagan, atrelou a universidade aos objetivos do setor produtivo ou ao "deus" mercado, com as graves conseqüências que a autora mesma menciona em seu texto.

Considerações finais

Os vários textos passam por temáticas bastante recorrentes no debate do ensino superior: avaliação, financiamento (e, portanto, a questão da privatização ou não), democratização e autonomia, credencialismo/corporativismo, entre outros. No entanto, estas temáticas têm um pano de fundo que é pouco examinado na publicação: o papel do Estado como articulador da recuperação econômica doméstica e sua vinculação com a recuperação econômica internacional. Embora o texto de S. Schwartzman toque rapidamente nesta questão (p.23) e o texto de S. C. Ribeiro o faça de maneira mais clara — ainda que de passagem (p.137) — a problemática do Estado moderno não é examinada adequadamente em suas vinculações com a temática da avaliação, democratização e autonomia. O texto de E. R. Durham também transita pela questão do Estado de forma marginal, ainda que formule mais claramente o problema da avaliação e sua articulação com o setor produtivo, via Estado, ao condenar o sistema inglês: "No caso da Inglaterra, um sistema que foi altamente descentralizado, com grande autonomia das universidades, está sendo objeto de uma avaliação centralizada por parte do órgão financiador, com o objetivo de pressionar todo o sistema

em direções estabelecidas por uma política específica de relacionamento com o setor produtivo" (p.203). Neste sentido, teria sido muito interessante a inclusão de um exame mais profundo do papel que o Estado brasileiro, num país periférico, pode exercer como representante dos interesses de parte das elites nacionais articuladas com interesses internacionais, bem como o contexto político que essa realidade cria para a avaliação da universidade brasileira. O texto de Sérgio Costa Ribeiro (capítulo 6), a meu ver, contém elementos que precisariam ser expandidos (internacionalização do capital, blocos supranacionais, competitividade internacional, importação de tecnologia moderna, novas exigências educacionais da modernidade econômica) para esclarecer os objetivos do Estado com a avaliação da universidade pública — não na perspectiva de aceitação automática como sugere o autor, mas de forma crítica. Não se trata de negar a necessidade da avaliação. Trata-se de colocá-la em seu devido lugar, como instrumento de ação política que é.

Luiz Carlos de Freitas